



Número: **0800008-69.2020.8.18.0032**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara da Comarca de Picos**

Última distribuição : **06/01/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.775,00**

Assuntos: **Direito de Imagem**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANCISCO DE ASSIS DELFINO MORAIS (AUTOR)		JOSE ALBERTO DOS SANTOS CARVALHO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
7765536	06/01/2020 22:43	<a href="#">Petição Inicial. AÇÃO DE COBRANÇA DA DIFERENÇA DO SEGURO DPVAT C.C DANOS MORAIS</a>	Petição Inicial
7766349	06/01/2020 22:43	<a href="#">13LAUDO CIRÚRGICO</a>	Comprovante
7766350	06/01/2020 22:43	<a href="#">14ATESTADOS E LAUDOS MÉDICOS</a>	Comprovante
7766351	06/01/2020 22:43	<a href="#">15BOLETIM DE OCORRENCIA</a>	Comprovante
7766352	06/01/2020 22:43	<a href="#">16CORRESPONDENCIAS SEG.LIDER</a>	Comprovante
7766353	06/01/2020 22:43	<a href="#">18CARTA À SEGURADORA LIDER</a>	Comprovante
7766354	06/01/2020 22:43	<a href="#">17COMPROVANTE DE PAGAMENTO DO VALOR</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
7766355	06/01/2020 22:43	<a href="#">CNPJ SEGURADORA LIDER</a>	Comprovante

AO JUÍZO DA COMARCA DA CIDADE DE PICOS-ESTADO DO PIAUÍ.

**FRANCISCO DE ASSIS DELFINO MORAIS**, brasileiro, solteiro, trabalhador rural, inscrito no CPF/MF sob número 036.991.863-00 e Registro Geral sob o N.º 1.773.892-SSP-PI, residente e domiciliado na Localidade “Oitis” zona rural do município de Picos-PI, por seu procurador signatário (DOC. ANEXO), recebendo intimações e correspondências na Rua Coelho Rodrigues nº582, Bairro Centro, sala 101, 1º andar, CEP 64600-054 na cidade de Picos-PI, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, propor a presente:

#### **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT PAGO A MENOR C/C DANOS MORAIS**

em desfavor de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, inscrita no CNPJ 09.248.608/0001-04, com sede na Rua da Assembléia, nº 100, Andar 26, CEP 20.011-904, Centro, Rio de Janeiro – RJ, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

#### **I.DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA:**

Requer à Vossa Excelência que seja deferido o benefício da Gratuidade de Justiça, com embasamento na lei 1.060/50, com alterações introduzidas pela lei 7.510/86, por não ter condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.

#### **II. DOS FATOS:**

A parte autora no dia 08/06/2016, conforme consta no registro de ocorrência policial (DOC. ANEXO) sofreu acidente de trânsito quando ao pilotar sua motocicleta o pneu dianteiro passou por cima de uma pedra que estava na via, nesse momento o autor perdeu o controle da motocicleta vindo a sofrer um grave acidente.

Cabe destacar, que o local onde o autor sofreu o acidente é pouco habitado, na ocasião, o mesmo derrapou na pista e veio a despencar de uma altura equivalente a 10 metros em local de mata fechada.

Destarte, que após o ocorrido o autor ficou inconsciente por dias, e que foi encontrado no dia 16/05/2016 por moradores da região que o levaram para o Hospital Regional Justino Luz onde o mesmo recebeu os primeiros socorros. Do evento restou o demandante com graves lesões corporais.

Posteriormente ao fato, ao ser o requerente resgatado e encaminhado para atendimento médico, o mesmo foi diagnosticado com **POLITRAUMATISMO, NA REGIÃO DA AXILA E MAXILAR, e também luxação de ombro direito**, ficando com sequelas de **DEFORMIDADE ÓSSEA NA CABEÇA UMERAL DIREITA; IRREGULARIDADE NA CORTICAL ÓSSEA DA TUBEROSIDADE MAIOR/MENOR DA CABEÇA UMERAL A DIREITA; CID 10 M84.0 – DEFEITO DE CONSOLIDAÇÃO DE FRATURA; CID 10. S14.3 - TRAUMATISMO DO PLEXO BRAQUIAL; CID 10. S42.1 - FRATURA DA OMOPLATA (ESCÁPULA).**



Ademais, necessitou o autor, em virtude das lesões sofridas, passar por procedimento cirúrgico na região do ombro direito, no qual após exame de Raio-X ficou demonstrado a existência de fratura como pode ser observado na solicitação em anexo e no laudo médico que salienta a descrição da cirurgia.

Pois bem Excelência, em decorrência das lesões sofridas e dos fatores acima expostos, **ficou o requerente com relevante limitação física, além de sentir dores intensas e constantes, tem limitação nos movimentos e na força do membro afetado**, ou seja, as atividades mais simples do dia a dia, como movimentar o braço, praticar algum exercício físico e trabalhar, tornaram-se verdadeiramente, tarefas tormentosas de serem desempenhadas, principalmente para quem tem o trabalho rural como meio de subsistência.

**Como já foi elucidado o autor quando tinha boa saúde laborava como agricultor, e desempenha com êxito todas as atividades que sua profissão exigia, o autor é pessoa humilde, de pouco estudo, a sua renda depende de trabalho braçal que realiza, as lesões ocasionadas no acidente e as limitações desencadeadas, prejudicam em demasia o mesmo, que se vê obrigado a tentar trabalhar mesmo sentindo dores e dificuldades que outrora era inexistentes.**

A parte autora sofreu séria fratura no membro superior direito, passou por delicado procedimento cirúrgico, após buscar a reparação do dano ocasionado pelo sinistro, restou com considerável limitação física que ainda hoje lhe impede, de forma acentuada, de retomar as suas atividades normais. Encontra-se debilitado, sente dores, não movimenta o braço com facilidade, sente dificuldades ao erguer, flexionar e realizar qualquer outro movimento com o membro afetado.

Consideráveis foram os prejuízos e as limitações ocasionadas em razão da fratura sofrida, **prejuízo esses que acompanham o requerente até os dias atuais e certamente lhe acompanharão por toda a vida**. Portanto, possuindo direito assegurado em Lei, o segurado buscou amparo através de pedido de indenização junto à **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT**.

Preenchendo os requisitos para o recebimento da indenização, o autor encaminhou seu pedido. Juntamente com os documentos pertinentes, legalmente previstos e que são costumeiramente solicitados pela ré, requerendo administrativamente a quantia a que faz jus em decorrência do Seguro Obrigatório (DPVAT/INVALIDEZ), o requerente teve seu pedido autuado com o número do sinistro 3180034712.

Certo do recebimento da indenização em conformidade com a gravidade de sua invalidez, a parte autora aguardou resposta da ré, **tamanha fora a surpresa desta quando informada do pagamento da indenização, NÃO POR SUA CONFIRMAÇÃO, o que seria inevitável, mas pelo montante pago pela demandada**.

De acordo com documento anexado, a ré efetuou o pagamento de **valor irrisório, não condizente com a gravidade da lesão sofrida pelo autor e com a invalidez permanente que este adquiriu**. Ou seja, após análise do pedido feito administrativamente, o requerente recebeu o valor de **R\$4.725,00** (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais)

Tal entendimento e enquadramento apresentado como caracterizador do pagamento, **não é condizente com a previsão legal e com a seriedade da lesão sofrida**.

O demandante permaneceu com sérias limitações desencadeadas pelas lesões ocorridas no acidente de trânsito, recebeu atendimento que constatou estas, teve acompanhamento médico, passou por procedimento cirúrgico, e mesmo assim, **restou com relevantes limitações físicas, comprometendo de forma irreversível a realização de atividades cotidianas simples, bem como o desempenho de determinadas funções que poderia almejar**.



**É importante frisar que em documento, exames e atestados médicos apresentados e juntados aos autos, emitem pareceres sobre as limitações físicas do autor, mencionando claramente o caráter permanente destas, bem como, sendo incisiva no tocante a constatação da dificuldade de deambulação do requerente. Ademais, cita porcentagem de perda funcional total.**

Ou seja, todos os documentos médicos levam ao entendimento de que fora grave a perda funcional do membro afetado, **porém, a parte ré realiza avaliação imparcial e unilateral, sem proporcionar ao segurado aquilo que realmente lhe é devido.**

Conforme se demonstra Excelência, o segurado, por ora autor, juntou ao seu pedido administrativo, certidão de ocorrência policial relatando o acidente de trânsito, ficha de atendimento ambulatorial, documentação médica atestando as lesões e as limitações, e mesmo assim, teve como resposta da ré, um pagamento ínfimo, não compatível com a sua situação física e nem corretamente enquadrada na tabela de danos segmentares utilizada para este fim.

Dessa forma, resta claro que fora buscado através de procedimento administrativo solucionar a questão e receber a indenização correta, porém, tudo foi em vão, não havendo outra forma do demandante alcançar o seu direito a não ser com a intervenção judicial, através da correta quantificação do valor devido e consequente condenação da ré ao pagamento deste.

Importante frisar que o autor deveria ter recebido da seguradora ora ré o valor máximo da indenização que corresponde a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

**Sendo assim, documentalmente comprovada a invalidez permanente e total do autor, é devido valor máximo da indenização, no entanto como já foi elucidado o autor recebeu apenas o valor de R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte cinco reais), desta forma o requerente é credor do valor de R\$ 8.775,00 (oito mil setecentos e setenta e cinco reais), que deverá ser corrigido desde o pedido administrativo.**

### III. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS:

Tem-se que a parte autora ajuizou a presente ação fundada no direito assegurado pela Lei nº LEI Nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, prevendo esta indenização por danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre.

O seguro DPVAT, comumente conhecido como seguro obrigatório, cumpre importante função social, dando um amparo mínimo às pessoas vítimas de acidente de trânsito. Foram os riscos existentes no trânsito que obrigaram o legislador a estabelecer uma espécie de seguro.

A Lei 6.194/1974 instituiu no sistema jurídico brasileiro o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre— DPVAT. Posteriormente, a Lei 8.441/1992 veio ampliar a indenização, com o intuito de torná-la mais compatível com o fim ao qual se destina.

Importante citar trecho encontrado no próprio site da demandada in verbis:

*O Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, mais conhecido como Seguro DPVAT, existe desde 1974. É um seguro de caráter social que indeniza vítimas de acidentes de trânsito, sem apuração de culpa, seja motorista, passageiro ou pedestre. O DPVAT oferece coberturas para três naturezas de danos: morte, invalidez permanente e reembolso de despesas médicas e hospitalares (DAMS).*

*A atual responsável pela administração do Seguro DPVAT é a Seguradora*



*Líder-DPVAT, que tem o objetivo de assegurar à população, em todo o território nacional, o acesso aos benefícios do Seguro DPVAT.*

*O pagamento da indenização é feito em conta corrente ou poupança da vítima ou de seus beneficiários, em até 30 dias após a apresentação da documentação necessária. O valor da indenização é de R\$ 13.500 no caso de morte e de até R\$ 13.500 nos casos de invalidez permanente, variando conforme o grau da invalidez, e de até R\$ 2.700 em reembolso de despesas médicas e hospitalares comprovadas. O prazo para solicitar a indenização por Morte é de até 3 anos contados da data do óbito. Para despesas médicas (DAMS): a contagem do prazo prescricional se inicia a partir da data do acidente. No caso de indenização por Invalidez Permanente este prazo é de 3 anos a contar da ciência da Invalidez Permanente pela vítima.*

*Os recursos do Seguro DPVAT são financiados pelos proprietários de veículos, por meio de pagamento anual. Do total arrecadado, 45% são repassados ao Ministério da Saúde (SUS), para custeio do atendimento médico-hospitalar às vítimas de acidentes de trânsito em todo país. 5% são repassados ao Ministério das Cidades (DENATRAN), para aplicação exclusiva em programas destinados à prevenção de acidentes de trânsito. Os demais 50% são voltados para o pagamento das indenizações e reservas.*

Sendo assim Excelência, fazem jus ao recebimento de indenização coberto pelo seguro DPVAT, todas as vítimas de acidente de trânsito que se enquadrem nas hipóteses previstas no art. 3º da Lei 6.194/74.

Cite-se o art. 3º do referido diploma legal in verbis:

*Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:*

*I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;*

*II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e*

*III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.*

Em consonância com a Lei e enquadrando-se no caso em tela, importante se faz, mencionar Jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, deixando evidente e indiscutível o direito ao qual pleiteia à demandante:

**APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DEVIDA. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. 1. Demonstrada a ocorrência do acidente e da invalidez permanente da parte autora, nos termos do art. 5º, caput, da Lei nº 6.194/74, é devida a indenização securitária. 2. Graduação da invalidez. Mostra-se necessária a graduação da invalidez para fins de cobrança do seguro obrigatório DPVAT. Questão pacificada em razão do julgamento do REsp 1.246.432, submetido ao regime dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do Código de Processo Civil) e Súmula 474 do STJ.**



3. Complementação de indenização devida, considerando o grau de invalidez apurado na perícia judicial e o pagamento administrativo realizado. 4. Correção monetária incidente a partir do pagamento administrativo. Sentença reformada, no ponto. 5. Distribuição da sucumbência mantida, considerado o decaimento das partes. **APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA.** (Apelação Cível Nº 70069102705, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 29/06/2016). (grifou-se).

**APELAÇÃO. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INDENIZAÇÃO PAGA NA VIA ADMINISTRATIVA. COMPLEMENTAÇÃO DEVIDA.** Presente prova de que a extensão das lesões é superior ao constatado na perícia administrativa, imperiosa se faz a complementação da indenização securitária decorrente do seguro obrigatório DPVAT. Precedentes. **APELO DESPROVIDO. UNÂNIME.** (Apelação Cível Nº 70067253906, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rinez da Trindade, Julgado em 07/04/2016). (grifou-se).

Dessa forma, comprovado o acidente de trânsito, restando o demandante com lesões que lhe causaram invalidez permanente, é incontestável o direito do mesmo ao recebimento de indenização correspondente ao grau de sua invalidez, conforme entendimento do Respeitável Superior Tribunal de Justiça in verbis:

Súmula 474

***“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”***

Ante o exposto, em consonância com o previsto na lei 6.194/74, merece acolhimento o pleito autoral, a fim de que seja condenada a parte ré ao pagamento de complementação de indenização do seguro DPVAT à parte autora, **montante este a ser quantificado através da avaliação dos documentos médicos juntados aos autos e realização de eventual perícia médica.** Ainda, com valor corrigido pelo IGP-M a contar da data do sinistro.

#### **IV - DO DANO MORAL**

É importante observar que o fato da seguradora ré ter demorado quase dois anos para realizar o pagamento da indenização do autor, e quando realizou o pagamento do seguro, fez em valor menor do que realmente tinha direito a vítima, por inobservância da invalidez permanente do autor, essa demora e o erro em pagar valor menor trouxe abalo emocional e psicológicos ao requerente. Vejamos:

**APELAÇÃO CÍVEL NOS AUTOS AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT C/C DANOS MORAIS. RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA. EXCESSIVA DEMORA NO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO. DANO MORAL CONFIGURADO. INDENIZAÇÃO. FIXAÇÃO. MANUTENÇÃO DO QUANTUM ARBITRADO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E CUSTAS PROCESSUAIS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA QUE DEU CAUSA À AÇÃO. 1. A demora injustificada em efetuar o pagamento da indenização securitária, após transcorridos mais de dois anos do óbito da vítima, se mostra abusiva e apta a ensejar frustração de expectativas, bem como quebra de confiança baseada na boa-fé, o que ultrapassa a esfera de mero aborrecimento e tipifica dano moral indenizável, por ofensa aos atributos da personalidade dos autores. 2. A**



**verba indenizatória do dano moral somente será modificada se não atendidos pela sentença os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade na fixação do valor da condenação (Precedentes jurisprudenciais). 3. Em observância ao princípio da causalidade, deve arcar com o pagamento das custas e honorários advocatícios aquele que deu causa à instauração do processo. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.**

(TJ-GO - APL: 03419968420168090011, Relator: ORLOFF NEVES ROCHA, Data de Julgamento: 22/04/2019, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ de 22/04/2019).

Estas atitudes causaram, e ainda causam, ao requerente prejuízos de ordem moral.

Afora o dissabor de várias vezes se dirigir ao Banco CAIXA, agência local 0639, e por horas esperar atendimento e não receber o seguro.

Sem contar ainda a espera, a ansiedade o desgaste causado pela Seguradora.

Na clássica definição de WILSON MELO DA SILVA, O Dano Moral e sua Reparação, pág.11: Danos morais são lesões sofridas pelo sujeito físico ou pessoa natural de direito em seu patrimônio ideal, em contraposição a patrimônio material, o conjunto de tudo aquilo que não seja suscetível de valor econômico.

Configura-se dano moral, passível de indenização se do ato ilícito advier perturbação nas relações psíquicas, na tranquilidade, nos sentimentos e nos afetos de uma pessoa.? (TJGO, rel. Des. Gercino Carlos Alves da Costa, Ap.nº.29.731-0/188)

A decisão supra citada reflete exatamente o que ocorre com o autor através de seus representantes, perturbação nas relações psíquicas e na sua tranquilidade.

O dano moral, in casu, consiste na penosa sensação da ofensa, na humilhação perante terceiros, na dor sofrida, enfim, nos danos puramente psíquicos e sensoriais experimentados pelo autor, seja provocado pela recordação da ineficiência da funcionária ao pedir que entregasse constantemente novos documentos autenticados quando os originais estavam em seu poder, seja pela atitude de repugnância, medo e insegurança tomada. Trata-se, portanto, de dano moral direto, pois a autora teve afetado um bem jurídico contido nos direitos de personalidade, de resto, absolutamente indenizável.

De outro passo, como bem anota MARIA HELENA DINIZ em sua obra Curso de Direito Civil Brasileiro, pág.75: O dinheiro não terá na reparação do dano moral uma função de equivalência própria do ressarcimento do dano patrimonial, mas um caráter concomitantemente satisfatório para a vítima e lesados e punitivo para o lesante.

A seu turno, ALFREDO MINOZZI em sua obra Studio sul Danno non Patrimoniale, pág.31, disse que: O dano moral não é o dinheiro, nem a coisa comercialmente reduzida a dinheiro, mas a dor, o espanto, a emoção, a vergonha, a injúria física ou moral, em geral uma dolorosa sensação experimentada pela pessoa, atribuída à palavra dor o maior e mais largo significado.

Conclui-se, portanto que:

O autor está amparado pelo direito diante da existência da invalidez permanente;

Os documentos necessários a comprovação dos fatos foram devidamente entregues a seguradora requerida pois que as cópias autenticadas têm a mesma validade que os originais, e a fé pública que possuem só podem ser contestada por ampla prova em contrário, o que não é o caso;

A relação de consumo existe, logo, as cláusulas contratuais devem ser interpretadas de forma mais favorável ao consumidor autor;

O dano moral existe, devendo o requerente ser indenizado pelo sofrimento causado.

## V. DOS PEDIDOS:



**ANTE O EXPOSTO**, evidenciados o interesse e a legitimidade da parte autora para o ajuizamento da presente ação, bem assim a possibilidade jurídica do pedido e preenchidos todos os requisitos da petição Inicial, previstos no artigo 319 do Código de Processo Civil, **REQUER:**

- A) Nos termos da Lei 1.060/50 e Art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil, considerando que a parte autora não dispõe dos recursos para custear o processo, sem prejuízo do seu sustento ou de sua família, os benefícios da assistência judiciária gratuita;
- B) Seja recebida a presente, autuada e conforme Art. 246 inc. I do Código de Processo Civil, determine-se a citação da demandada no endereço já citado no preâmbulo desta Ação, através de carta AR/MP na pessoa de seu representante legal, para vir responder, querendo, no prazo legal a presente ação, sob pena de revelia, quando, então ao final, deverão ser julgados procedentes os pedidos;
- C) Conforme previsão no Art. 319 VII do Código de Processo Civil, a parte autora desde já manifesta que não possui interesse na realização de audiência de conciliação;
- D) Se digne Vossa Excelência em nomear perito, conforme art. 465 do Código de Processo Civil, a fim de que em conjunto com os documentos carreados aos autos, se quantifique o real valor devido ao autor a título de indenização DPVAT;
- E) Devidamente processado o feito, com o respeito ao devido processo legal, seja a presente ação julgada **PROCEDENTE** para condenar a demandada ao pagamento de complementação/diferença de indenização referente ao seguro DPVAT, com atualização monetária desde o evento danoso, no valor de; R\$ 8.775,00 (oito mil setecentos e setenta e cinco reais);
- F) A condenação pecuniária da requerida pelo dano moral vivido pelo Autor, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);
- G) Condenar a parte ré ao pagamento de todas as despesas processuais (custas, taxas e emolumentos), bem como no pagamento de honorários advocatícios no percentual de 20% (vinte por cento) do valor da condenação;
- H) Requer ainda, a produção de todos os meios de prova admitidos em lei, especialmente prova pericial, documental e outras que se fizerem necessárias no decorrer da instrução processual.
- I) Seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, por ser a requerente pessoa pobre nos termos da Lei nº. 1060/50.

Dá se a causa o valor de R\$ 13.775,00(treze mil e setecentos e setenta e cinco reais).

Termos em que

pede deferimento.

Picos-PI, 06 de janeiro de 2020.





Hospital Regional Justino Luz - Pça. Dr. Antenor Neiva, 184 - CEP: 64.601-391 - Picos-PI

**LAUDO CIRÚRGICO**

Paciente	Francisco de Assis Delfino Moraes
Médico	Marcos Vinícius
1º Assistente	Daniel
2º Assistente	
Anestesista	Ruy
Diagnóstico pós-operatório	
Procedimento de Cirurgia	Redução cruenta ombro D
Diagnóstico pós-operatório	

**DESCRIÇÃO DA CIRURGIA**

(1) Exatidão diagnóstica da lesão + Anestesia
(2) Anestesia + Antiespasmódico + Lavagem articular
(3) Acurácia do diagnóstico + Laqueação capsular
(4) Redução art. glenohumeral + controle
(5) Manobra
(6) Fixação + controle
(7) Sutura por pontos
(8) Lavagem + Vácuo

**TÉCNICA: (Ligadura, Sutura, Fechamento e Drenagem)**






Sistema Único de Saúde  
Ministério da Saúde

## LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE

HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUZ

3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE

HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUZ

AIH = 221610094579-5

HOSPITAL: HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUZ

FRANCISCO DE ASSIS DELFINO MORAIS

D.LIBERA: 19/05/2016

PROCED.: 0408020334

22/09/1978

NES

1009622

NES

009622

Identificação do Paciente

5 - NOME DO PACIENTE

FRANCISCO DE ASSIS DELFINO MORAIS

7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

898001243511429

10 - NOME DA MÃE

ANTONIA DELFINA MORAIS

12 - ENDEREÇO

SACO DOS MORCEGOS, 0 - IPUEIRAS

13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

PICOS

8 - DATA DE NASCIMENTO

22/09/1978

9 - SEXO

Masc.

X 1

Fem.

2

DO PRONTUÁRIO

147046

11 - TELEFONE DE CONTATO

(89) 9971-6471

14 - Cód. IBGE MUNICÍPIO

2208007

15 - UF

PI

16 - CEP

64600-000

### JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

17 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

Doi e deformidade no braço D após trauma.

18 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFIQUEM A INTERNAÇÃO

Tto cirúrgico

19 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)

Exame físico + Rx

20 - DIAGNÓSTICO INICIAL

Fratura do úmero proximal D

21 - CID PRINCIPAL

S42.2

22 - CID SECUNDÁRIO

23 - CAUSAS ASSOC.

### PROCEDIMENTO SOLICITADO

24 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

Tratamento cirúrgico fratura úmero proximal

25 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

09080203-4

26 - CLÍNICA

27 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO

28 - DOCUMENTO

29 - Nº DOCUMENTO DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

Ortopedia

Urgência

( ) CNS (x) CPF

018 268 415 80

30 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

Marcos Vinícius

31 - DATA DA SOLICITAÇÃO

19/05/16

32 - ASS. E CARIMBO (Nº DO CRM)

6330 415 80

### PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

33 - ( ) ACIDENTE DE TRÂNSITO

34 - ( ) ACIDENTE TRAB. TÍPICO

35 - ( ) ACIDENTE TRAB. TRAJETO

36 - CNPJ DA SEGURADORA

37 - Nº DO BILHETE

38 - SÉRIE

39 - CNPJ EMPRESA

40 - CNAE EMPRESA

41 - CBOR

42 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA

( ) EMPREGADO

( ) EMPREGADOR

( ) AUTÔNOMO

( ) DESEMPREGADO

( ) APOSENTADO

( ) NÃO SEGURADO

### AUTORIZAÇÃO

43 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

44 - Cód. ÓRGÃO EMISSOR

49 - Nº DATAUT. DE INTERNAÇÃO HOSP.

45 - DOCUMENTO

46 - Nº DOCUMENTO DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

M220800001

( ) CNS (x) CPF

47 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

48 - ASS. E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

Med. Aux. - SM 3 - p. 100  
Código SUS 100.000  
01/01/2016

Assinatura paciente/Responsável

Francisco de Assis Delfino Moraes





# Associação Médica Brasileira Seccção Piauí Regional de Picos



*Raimundo Reis Neto*  
PRESIDENTE  
Raimundo de Oliveira Reis Neto  
Presidente da AMB Seccção Piauí  
Regional de Picos



## ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins e a pedido do (a) interessado (a)  
que atendi Francisco de Amor D. Moura's

RG/CPF \_\_\_\_\_

Portador CID) A14.3 / M84.0 (autorizado  
pelo paciente) laureado apurando sequelas

de lesão do nervo proximal  
lesão do plexo braquial apresentando  
limitação de movimentos do antebraço  
(D) e posição viciosa em flexão  
do punho em virtude de lesão  
nerveira. Deixa paciente em estado  
incapaz para atividades laborais  
habitual.

CRM \_\_\_\_\_

CPF \_\_\_\_\_

Dr. Rubem Pinheiro  
Ortopedia Geral / Traumatologia  
CRM 2959 PI / 15021 PE / TEOT 11336

00957

*(Piauí)*  
*25/10/18*



# Associação Médica Brasileira Secção Piauí Regional de Picos



*Rômulo Régio*  
PRESIDENTE

Dr. Rômulo Régio de Carvalho Neto  
Presidente da AMB - Secção Piauí  
Regional de Picos



## ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins e a pedido do (a) interessado(a)  
que atendi Francisco de Assis Delfino  
Moraes

RG/CPF \_\_\_\_\_

Portador CID) \_\_\_\_\_, (autorizado

pelo paciente) Resultados negativos i

portador de fratura de unho  
proximal direito segundo  
de dedo do dedo proximal  
direito evoluindo com dor  
+ limitação funcional necessitan  
do de assistência médica

0170 - S14.3  
- S42.1

Rec - 15, 06 de Maio de 2014

CRM 4467 CPF 702 906.643 - 20

0000486

Dr. Rômulo Régio  
Traumato - Ortopedia  
CRM-PI 4467 - CRM-PE 14.208



8/ Finais de Amos Delfino  
Moraes

Solicito:

Rx curto @ Dr. Rômulo Rêgo

19/09/17

**Dr. Rômulo Rêgo**  
Traumato - Ortopedia  
CRM-PI 4467 - CRM-PE 14.208  
CPF: 702.001.637-90

Centro de Especialidades Médicas  
Av. Senador Helvídio Nunes, 8182 BR 316  
Paraibinha - CEP: 64.606-245  
Picos - Piauí - Brasil  
Fone: (89) 3422-8082  
E-mail: campipicos@hotmail.com





**CENTRO DE  
ESPECIALIDADES MÉDICAS**  
Secretaria de Estado da Saúde / SESAPI



8/ Financeira Anis D.  
Moraes

Le

Moraes

① Betnat \_\_\_\_\_  
Remor de 10 5/8

② Cronobse \_\_\_\_\_ CUF  
Fazer CUF su 1x/sem

19/09/17

**Dr. Rômulo Rêgo**  
Traumato - Ortopedia  
CRM-PA 4467 - CRM-PE 14.208  
CPF: 707.901.612.00

Centro de Especialidades Médicas  
Av. Senador Helvídio Nunes, 8182 BR 316  
Paraibinha - CEP: 64.606-245  
Picos - Piauí - Brasil  
Fone: (89) 3422-8082  
E-mail: campipicos@hotmail.com





BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 102315.001491/2016-08

Unidade Policial: 3ª DRPC - PICOS

Resp. pelo Registro: Maria Sousa Luz Carvalho

Data/Hora: 14/06/2016 - 09:30

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável

3ª DRPC - PICOS

Data/Hora

08/05/2016 - 06:30

Tipo Local

VIA PÚBLICA

Município

PICOS

Bairro

OUTROS - ZONA RURAL

Endereço

LOCALIDADE OITIS, Nº:

Complemento

Ponto de Referência

POVOADO GAMELEIRA DOS RODRIGUES

DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Nome: FRANCISCO DE ASSIS DELFINO MORAIS

Tipo Envolv.: VÍTIMA/Noticiante

RG: 1773892 SSP PI

Mãe: ANTÔNIA DELFINA MORAES

Pai: MAURO ESMERIANO MORAES

Endereço: LOCALIDADE DENOMINADA OITIS, Nº

Bairro: OUTROS - ZONA RURAL

Cidade: PICOS

NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Lesão corporal acidental no trânsito.

VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S)

Marca:	Modelo:	Ano:	Placa:	Chassi:	Renavam:	Cor:
HONDA	CG 150	2009	NIH2207	9C2KC16209R015185	155957910	Preta

Condutor: FRANCISCO DE ASSIS DELFINO MORAIS

RG: 1773892 Órgão: SSP UF RG: PI

End: LOCALIDADE DENOMINADA OITIS Número: Complemento:

Cidade: PICOS UF: PI Bairro: OUTROS - ZONA RURAL

Proprietário: FRANCISCO DE ASSIS DELFINO MORAIS

Cidade: PICOS UF: Bairro:

RELATO DA OCORRÊNCIA

DIZ O NOTICIANTE QUE EM DATA, HORA E LOCAL ACIMA DESCRITO, FOI VÍTIMA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO MOMENTO EM QUE PILOTAVA A MOTOCICLETA ACIMA DESCRITA, QUANDO SEGUNDO ESTE, AO PASSAR O PNEU DIANTEIRO POR CIMA DE UMA PEDRA PERDEU O CONTROLE DA MOTOCICLETA VINDO A CAIR DA MESMA. QUE DECORRENTE DO SINISTRO VEIO SOFRER FRATURA EM OMBRO DIREITO; QUE DIZ O NOTICIANTE TER RECEBIDO ATENDIMENTO NO HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUZ EM PICOS/PI, ATENDIMENTO Nº P0321951, DATA EM 16/05/2016; QUANDO SUBMETEU-SE A TRATAMENTO CIRÚRGICO; QUE SE PRONTIFICOU PELAS INFORMAÇÕES SENHOR, ANISIO JOSÉ DA LUZ, CPF Nº 353027553-00. ERA O QUE TINHA A REGISTRAR.

Maria Sousa Luz Carvalho - Mat. 0421421

USUÁRIO ADMINISTRATIVO

FRANCISCO DE ASSIS DELFINO MORAIS - Noticiante

Responsável pela Informação

Gilberto Franklin Silva  
Delegado Polícia Civil  
Mat.: 259.840-4

de Ocorrência emitido em: 14/06/2016 10:00 - SisBO@2011-2016 ATI

Página 1/2





Governo do Estado do Piauí  
Secretaria de Segurança Pública  
Delegacia Geral de Polícia Civil  
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência

291 v. 1.0

**BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 102315.001491/2016-08**

---

DIVANILSON SENA DE OLIVEIRA  
Delegado de Polícia





Rio de Janeiro, 05 de Abril de 2018

Aos Cuidados de: FRANCISCO DE ASSIS DELFINO MORAIS

Sinistro: 3180034712

Vítima: FRANCISCO DE ASSIS DELFINO MORAIS

Data do Acidente: 08/05/2016

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: **INTERRUPÇÃO DE PRAZO**

Senhor(a),

Comunicamos que o prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido de indenização do sinistro cadastrado sob o **número 3180034712** foi **interrompido**, em razão da necessidade de apuração de dados e informações por parte desta seguradora.

Solicitamos aguardar novo contato sobre o seu pedido de indenização, o que ocorrerá tão logo sejam concluídas as análises cabíveis.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **[www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br)** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Carta nº 12616506



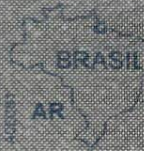




Seguradora

**LÍDER**

Administradora do Seguro DPVAT



Correios  
R\$ 11,85

FRANCISCO DE ASSIS DELFINO MORAIS  
RUA COELHO RODRIGUES, 582 AP 101  
CENTRO  
64600054 - PICOS - PI



JO984981786BR

Saiba + [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br)

Solicitar a indenização do Seguro DPVAT é simples: basta juntar os documentos necessários e entregá-los em uma seguradora consorciada, que, após constatar a sua regularidade, os encaminhará à Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Antes de tudo, lembre-se: para dar entrada no pedido de indenização ou acompanhar o andamento do processo, não é preciso envolver intermediários. Se você é o principal interessado na indenização, cuide dela você mesmo.

**DPVAT-Como Requerer**

Administradora do Seguro DPVAT  
**LÍDER**  
Seguradora





Rio de Janeiro, 22 de Janeiro de 2018

Aos Cuidados de: FRANCISCO DE ASSIS DELFINO MORAIS

Nº Sinistro: 3180034712

Vítima: FRANCISCO DE ASSIS DELFINO MORAIS

Data do Acidente: 08/05/2016

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: AVISO DE SINISTRO

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o número de sinistro **3180034712**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Invalidez Permanente é de **ATÉ R\$ 13.500,00**, apurado com base no grau da lesão permanente sofrida, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 12271467





Entre em contato conosco  
**SAC DPVAT 0800 022 12 04**  
**www.seguradoralider.com.br**

**DEVOLUÇÃO**

Seguradora Líder - DPVAT

CAIXA POSTAL 40.970  
CEP: 20.270-971  
www.seguradoralider.com.br

**Para uso dos correios**

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se      | <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente    |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido  | <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado |
| <input type="checkbox"/> Recusado      | <input type="checkbox"/> Falecido                 |
| <input type="checkbox"/> Ausente       | Data ____/____/____                               |
| <input type="checkbox"/> Não procurado |   |

**Responsável pela informação**

- ☐ Morador  
☐ Síndico  
☐ Porteiro

Entregador

FRANCISCO DE ASSIS DELFINO MORAIS  
RUA COELHO RODRIGUES, 582 AP 101  
CENTRO  
CEP 64600054 - PICOS - PI

Administradora do Seguro DPVAT

**LÍDER**  
Seguradora



**Seguro DPVAT – Proteção para todos**

O Seguro DPVAT (Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua Carga a Pessoas Transportadas ou Não) foi criado em 1974, para amparar as vítimas de acidentes com veículos em todo o território nacional, não importando de quem seja a culpa. Como se vê, trata-se de um seguro eminentemente social.

saiba +  
www.seguradoralider.com.br



Seguradora  
**LÍDER**  
Administradora do Seguro DPVAT





Rio de Janeiro, 22 de Janeiro de 2018

Aos Cuidados de: FRANCISCO DE ASSIS DELFINO MORAIS  
Nº Sinistro: 3180034712  
Vítima: FRANCISCO DE ASSIS DELFINO MORAIS  
Data do Acidente: 08/05/2016  
Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o número **3180034712**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Comprovação de ato declaratório faltando página

A documentação deve ser entregue na **SEGURADORA LIDER DPVAT - REGULAÇÃO**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

**Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias**, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em

Carta nº 12269982



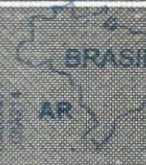




Seguradora

**LÍDER**

Administradora do Seguro DPVAT



Correios

RS 11,86

14.01.18 - 14.13

CONTINUA

100% 100% 100%

FRANCISCO DE ASSIS DELFINO MORAIS  
RUA COELHO RODRIGUES, 582 AP 101  
CENTRO  
CEP 64600054 - PICOS - PI



JS932876266BR

38

Saiba + [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br)

Solicitar a indenização do Seguro DPVAT é simples: basta juntar os documentos necessários e entregá-los em uma seguradora consorciada, que, após constatar a sua regularidade, os encaminhará à Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Antes de tudo, lembre-se: para dar entrada no pedido de indenização ou acompanhar o andamento do processo, não é preciso envolver intermediários. Se você é o principal interessado na indenização, cuide dela você mesmo.

**DPVAT-Como Requerer**

Administradora do Seguro DPVAT

**LÍDER**





## Carta

SEGURADORA.....: SEGURADORA LÍDER -DPVAT  
ASSUNTO: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL  
Nº SINISTRO: 3180034712  
VÍTIMA: FRANCISCO DE ASSIS DELFINO MORAIS  
DATA DO ACIDENTE: 08/05/2016.  
COBERTURA: INVALIDEZ  
Picos - PI, em 09 de março de 2018.

Ilmo(a). Sr(a).  
REPRESENTANTE DA SEGURADORA LÍDER - DPVAT.

**EU, FRANCISCO DE ASSIS DELFINO MORAIS,**  
brasileiro, solteiro, trabalhador rural, portador da  
carteira de identidade RG nº 1.773.892- SSP - PI, inscrito  
no CPF (MF) sob o nº 036.991.863-00, venho informar que a  
data de entrada no HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUZ somente  
ocorreu em 16/05/2016 as 7:56h, em razão do meu estado de  
inconsciência, após o acidente de trânsito ocorrido em  
08/05/2016 e principalmente pela demora na realização do  
socorro.

Venho informar que o local do acidente é  
pouco habitado e que ao derrapar na pista com a motocicleta  
despenquei de uma altura equivalente a 10 metros em local  
de mata fechada e difícil acesso.

Informo que após o acidente fiquei  
inconsciente por dias, e que só fui encontrado no dia  
16/05/2016 por moradores da localidade que me levaram ao  
hospital.

Atenciosamente,

x Francisco de Assis Delfino Morais  
**FRANCISCO DE ASSIS DELFINO MORAIS**





AVISO DE  
RECEBIMENTO  
AVIS CN07

AR

JO 37118 4 1 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

FRANCISCO DE ASSIS DELFINO  
MORAIS

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

R. COELHO RODRIGUES, Nº 582,  
PANDAR, CENTRO

CIDADE / LOCALITÉ

PICOS

UF

PI

BRASIL  
BRÉSIL

64600-054

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR





PREENCHER COM LETRA DE FORMA

**AR**

**DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE**

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SEGUROADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPUAT

ENDEREÇO / ADRESSE

R. SENADOR DANTAS, Nº 74, 15º ANDAR, CENTRO

CEP / CODE POSTAL

CIDADE / LOCALITÉ

UF

PAÍS / PAYS

20031-205 RIO DE JANEIRO RJ

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURODO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION

CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR

Renato Lima de Oliveira  
20.883.963-8 - 16-11-2018

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT

R. Júnior  
8.956.534-7

CDD 1º DE MARÇO - DDD  
11 JAN 2018  
RIO DE JANEIRO/RJ

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

FC0463 / 16

114 x 186 mm





AVISO DE  
RECEBIMENTO  
AVIS CN07

AR

JT 58796664 5 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE OF POSTAGE  
09 MAR 2018

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

FRANCISCO DE ASSIS BELTRINO

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

RUA LOELHO RODRIGUES 582 S

ALA 101 CENTRO

CIDADE / LOCALITÉ

PICOS

UF

PI

BRASIL  
BRÉSIL

64600-054

ENC. PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SEGUROADORA LIDES DE CONSORCIOS DO SE  
ENDEREÇO / ADRESSE

AV. LEONARDO DANTAS, Nº 4, 15 ANDAR CENT.  
CEP / CODE POSTAL CIDADE / LOCALITE UF PAÍS / PAYS

20031-105 RIO DE JANEIRO RJ BRASIL

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATION

CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

RENATO LIMA DE OLIVEIRA  
RG. 20.883.982-9 - DETRAN

R. Júnior  
8.956.534-7

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

FC0463 / 16

114 x 186 mm



 <p align="center"><b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b></p> <p align="center"><b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b></p>		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>09.248.608/0001-04</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>10/12/2007</b>
NOME EMPRESARIAL <b>SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>65.12-0-00 - Sociedade seguradora de seguros não vida</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>65.11-1-01 - Sociedade seguradora de seguros vida</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>205-4 - Sociedade Anônima Fechada</b>		
LOGRADOURO <b>R DA ASSEMBLEIA</b>	NÚMERO <b>100</b>	COMPLEMENTO <b>ANDAR 26</b>
CEP <b>20.011-904</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>RIO DE JANEIRO</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>PRESIDENCIA@SEGURADORALIDER.COM.BR</b>		TELEFONE <b>(21) 3861-4600</b>
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>10/12/2007</b>
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **29/12/2019** às **12:54:08** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

